



**AGENTES PÚBLICOS FORMADOS
PELO PROJETO 'João PessoaS'
RECEBEM CERTIFICADOS DE
PARTICIPAÇÃO**

Página 2

O mês de maio foi de celebração para 25 servidores de nove secretarias municipais, entre eles 16 agentes da Guarda Civil Metropolitana.



**UNINDO ESFORÇOS PARA
MELHORAR A OFERTA DE SERVIÇOS
ÀS COMUNIDADES DO CBR**

Página 5

No dia 12 de maio, equipes que desenvolvem o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) e a Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável (UEP) estiveram com representantes e técnicos dos equipamentos públicos que atendem ao Complexo Beira Rio (CBR).



**AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO E TERRITORIAL DO
COMPLEXO BEIRA RIO**

Página 5

O Programa João Pessoa Sustentável tem uma grande missão: “melhorar a qualidade de vida da população, em especial dos segmentos mais vulneráveis, e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável” da capital paraibana.



**ASSINADA ORDEM
DE SERVIÇO PARA
CONSTRUÇÃO DE 106
APARTAMENTOS PARA
MORADORES DE ÁREAS
DE RISCO NO COMPLEXO
BEIRA RIO**

Página 3

“Aqui nós não estamos discutindo a casa, estamos discutindo a vida dessas pessoas para que elas não corram risco de morrer”, disse o prefeito Cícero Lucena no ato de assinatura da Ordem de Serviço, no dia 2 de maio [..].

Agentes públicos formados pelo projeto 'João PessoaS' recebem certificados de participação

O mês de maio foi de celebração para 25 servidores de nove secretarias municipais, entre eles 16 agentes da Guarda Civil Metropolitana. Todos eles participaram da segunda fase do Projeto João PessoaS - cidade inclusiva e diversa, resultado de uma parceria entre a Prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Programa João Pessoa Sustentável, que tem a perspectiva de gênero como um tema transversal.

No auditório do Shopping Sebrae, os formandos receberam o certificado de conclusão do curso depois de meses de treinamento, realizado pela Entre Nós Assessoria, Educação e Pesquisa (ENAE), que promoveu debates, oficinas e uma série de ações educativas com o objetivo de sensibilizar e capacitar agentes públicos para o enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação nos ambientes institucionais, principalmente contra grupos mais vulneráveis, como mulheres, LGBTQIAP+, afrodescendentes, pessoas com deficiência, idosos, refugiados, comunidades tradicionais, população indígena, entre outros.



Foto: SECOM

O vice-prefeito de João Pessoa, Leo Bezerra, participou do evento e destacou a importância da iniciativa como forma de promover o acolhimento e o respeito aos pessoenses que precisam de um serviço público eficiente. “O sentimento da nossa gestão é a cidade que cuida. Nós nos preocupamos com as pessoas, que precisam ser bem tratadas. Dignidade é um direito de todos”, disse o gestor.

Outras autoridades estiveram presentes, aplaudindo de perto o sucesso de uma iniciativa voltada para a valorização dos Direitos Humanos. Foram eles: o secretário de Articulação Política e Gestão Governamental, Diego Tavares; o comandante da Guarda Civil Metropolitana, Vitor Freire; o coordenador-executivo do Programa João Pessoa Sustentável, Dorgival Villar; e o psicólogo e coordenador do projeto João PessoaS, Flávio Urra. E a secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Nena Martins, destacou o grande objetivo do Projeto: humanizar o atendimento. “Quando a gente che-

ga em uma repartição pública e o funcionário diz ‘bom dia, posso ajudar?’; isso já nos traz uma sensação de conforto, de estarmos sendo bem tratados. Todos nós precisamos melhorar, precisamos aprender cada dia mais”, declarou.

O Projeto - O João PessoaS foi idealizado levando em consideração o perfil da capital paraibana, cuja população estimada é de 809 mil habitantes (IBGE, 2019) e as mulheres representam 54,1% desse total; pardos e pretos, 66,8%; e 26% da população tem algum tipo de deficiência (IBGE, 2010). Iniciado em dezembro de 2021, começou a ser executado em junho do ano passado e foi concluído em abril.

Na primeira fase do projeto participaram outras 19 secretarias e 92 guardas civis metropolitanos, totalizando 111 concluintes de um curso que preparou também para a vida, porque ampliou conhecimentos que ajudam a combater preconceitos e promover cidadania.



Fotos: SECOM

Assinada Ordem de Serviço para construção de 106 apartamentos para moradores de áreas de risco no Complexo Beira Rio



Fotos: Sérgio Lucena

“Aqui nós não estamos discutindo a casa, estamos discutindo a vida dessas pessoas para que elas não corram risco de morrer”, disse o prefeito Cícero Lucena no ato de assinatura da Ordem de Serviço, no dia 2 de maio, para a construção das primeiras unidades habitacionais do Programa João Pessoa Sustentável.

Na primeira etapa serão 106 apartamentos, em três blocos, exclusivos para famílias de áreas de risco das comunidades que formam o Complexo Beira Rio (CBR) já cadastradas pelas equipes responsáveis pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário

(PDC), que atua nas comunidades por meio dos Escritórios Locais de Orientação (Elos). A obra deve ficar pronta em 18 meses com toda infraestrutura e acessibilidade.

“Pelo desnível que tem nos terrenos, nós vamos ter dois térreos para que o cadeirante, o deficiente não precise subir escada, para que o idoso não tenha dificuldade de ter sua moradia. Vamos ter apartamentos de um, dois e três quartos, três espaços que podem se transformar em 18 pontos comerciais para atender pessoas que desenvolvem alguma atividade econômica. Tenho certeza que ao fazer isso eu estou atendendo a necessidade dos que moram com

dificuldade. Eu não estou levando essas pessoas para longe, estou levando para no máximo 500 metros da própria comunidade. Ou seja, o morador vai continuar convivendo com seus amigos, vai continuar tendo a mesma unidade de saúde em que é atendido hoje, só que melhorada, vai ter o atendimento social do Caps aqui na comunidade, na mesma escola. É um projeto que respeita as pessoas e faz isso com responsabilidade, com seriedade. Um projeto verificado, analisado, desenvolvido e aprovado por um banco que é referência na área social, que é o BID”, lembrou o prefeito.



Fotos: Sérgio Lucena

A assinatura contou com a presença de vários moradores das comunidades do Complexo Beira Rio e de autoridades, a exemplo do vice-prefeito, Leo Bezerra; dos se-

cretários de Ação Governamental, Diego Tavares; Desenvolvimento Social, Norma Gouveia; Participação Popular, Thiago Diniz; e Socorro Gadelha, secretária de

Habitação. “Essa cidade está ficando cada vez mais sustentável”, disse Socorro.

Também participaram as equi-

pes do Programa João Pessoa Sustentável; o secretário-executivo de Trabalho e Renda, João Bosco; os deputados estaduais João Gonçalves e Hervázio Bezerra; os vereadores Marmuthe Cavalcanti, Bosquinho, Odon Bezerra e Luiz da Padaria, morador da Comunidade Padre Hildon Bandeira, que lembrou das muitas enchentes que enfrentou na comunidade, do trabalho para amarrar móveis e evitar que a água os levasse. “A comunidade vai lhe agradecer depois de o projeto pronto, porque é isso que as pessoas precisam, de dignidade para viver bem e criar seus filhos”, disse.

Combatendo o déficit habitacional

O Programa João Pessoa Sustentável prevê a construção de

três conjuntos habitacionais na Avenida Beira Rio para as famílias das comunidades Tito Silva, São Rafael, Santa Clara, Miramar, Padre Hildon Bandeira, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha e Vila Tambauzinho. No total serão 747 apartamentos e “*todos eles vão estar virados para a nascente Sul e vão contar com um sistema de água inteligente para se gastar menos. É uma mudança de padrão na construção*”, afirmou Antônio Elizeu, coordenador-geral do Programa.

Na fase de construção de todos os conjuntos, a empresa responsável contratará mão de obra nas comunidades do Complexo Beira Rio. Nesta primeira etapa do projeto, serão gerados cerca de 150 empregos diretos. Todos serão capacitados ao longo da execução do projeto.



Fotos: Assessoria

LIMPEZA DO TERRENO



Um dia após a assinatura da ordem de serviço, as máquinas já iniciaram o serviço de limpeza do terreno que receberá as primeiras unidades habitacionais do

Programa João Pessoa Sustentável. O terreno, localizado na Rua Alfredo Heim, em Tambauzinho (antigo colégio Pio XI), receberá um conjunto com três blocos e

terá uma área total construída de 7.283,34 m² mais uma área verde de 1.380m².

Unindo esforços para melhorar a oferta de serviços às comunidades do CBR

No dia 12 de maio, equipes que desenvolvem o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) e a Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável (UEP) estiveram com representantes e técnicos dos equipamentos públicos que atendem ao Complexo Beira Rio (CBR).

Participaram do encontro representantes de Unidades de Saúde da Família (USFs), de Escolas Públicas, do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), além da Coordenação de Aspectos Sociais da UEP e Consórcio



Foto: Assessoria

Demacamp-GTA-GCA, responsáveis pelo PDC e que atuam no trabalho social com as famílias das oito comunidades do CBR.

A ideia da reunião foi para estreitar laços e promover maior diálogo com as comunidades atendidas pelo Programa por meio dessa estrutura conectada e imbuída do propósito de levar mais qualidade

de vida à população do CBR.

A coordenadora de Aspectos Sociais da UEP, Joelma Medeiros, ressaltou a importância dessa iniciativa e de uma comunicação eficaz para “o estreitamento de vínculos, visando aproximar os Escritórios Locais de Gestão (Elos) e serviços oferecidos pelo Programa aos moradores”.

POLÍTICA PÚBLICA

Ações para o Desenvolvimento Comunitário e Territorial do Complexo Beira Rio

O Programa João Pessoa Sustentável tem uma grande missão: “melhorar a qualidade de vida da população, em especial dos segmentos mais vulneráveis, e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável” da capital paraibana. O Complexo Beira Rio (CBR) e suas oito comunidades são o coração do Programa, porque reúnem quase duas mil famílias, das quais quase metade vive em área de risco e precisa ser reassentada em local digno e seguro. Para o CBR há um Plano de Desenvolvimento Comunitário com impacto direto na qualidade de vida dos



Visita Técnica ao programa Agro Ecologia Urbana – Recife/PE para elaboração das ações do PDT

moradores e que foi elaborado a partir de uma série de visitas ao território para entender a realidade das famílias, suas necessidades e potencialidades.

O PDC é formado por três eixos que correspondem ao trabalho social. O eixo 1 compreende a instalação dos Escritórios Locais de Gestão (ELOs); o eixo 2 trata da elaboração e implementação do Plano de Reassentamento e Relocalização (PERR); e o eixo 3 visa promover o desenvolvimento territorial e a participação

Visita a Lavanderia de Padre Hildon Bandeira
Fotos: Assessoria

comunitária por meio do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT) estruturado sobre três pilares: sustentabilidade ambiental, geração de trabalho e renda e da inclusão de gênero. O PDT se encaixa no eixo 3 do PDC. Seu papel é essencial para promover o processo de suporte às políticas públicas do município e a diminuição do impacto do processo de remoção involuntária, oferecendo novas alternativas para o desenvolvimento do território.

Entendendo melhor o PDT

O Plano de Desenvolvimento do Território, que inclui o diagnóstico socioeconômico, ambiental e de inclusão de gênero das comunidades, aponta uma série de vulnerabilidades que marcam o dia-a-dia dos moradores do Complexo Beira Rio. Por exemplo: identificou-se que 85% das pessoas em situação de desemprego nas comunidades do CBR são do sexo feminino, e que mais de 90% das

pessoas que coletam materiais recicláveis têm essa atividade como renda principal. Verificou-se ainda que aproximadamente 85% dos trabalhadores por conta própria não têm sua atividade econômica regularizada.

As ações a serem desenvolvidas no CBR – visando o desenvolvimento das comunidades e a valorização das famílias que nelas vivem - incluem: capacitação profissional e inserção no mercado de

trabalho, ampliação de pequenos negócios, estímulo ao empreendedorismo e apoio técnico na formalização das atividades econômicas, contratação de mão de obra local para a construção civil, fortalecimento de políticas de inclusão de gênero, iniciativas para sustentabilidade ambiental e proteção do rio Jaguaribe, e incentivo à cultura local.

NOTAS

A Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável segue firme nas reuniões de planejamento e estratégias para execução das ações do Programa



Remoção de ruínas de 11 casas na comunidade Tito Silva por meio do Programa João Pessoa Sustentável. A ação, realizada em 3 de maio, foi coordenada pela Defesa Civil com participação das Secretarias de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e Meio Ambiente (Semam), da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (Emlur), Vigilância Ambiental, Elo Miramar, e apoio Polícia Militar (PM), Energisa e Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa).

Missão BID - visita de Maurício Bouskela, especialista sênior em Cidades Inteligentes da Divisão de Desenvolvimento Urbano e Habitação em Washington. Objetivo: verificação do planejamento e avanços no cronograma e PA do CCC; verificação do status dos produtos críticos; verificação do desenvolvimento da consultoria individual contratada pelo Programa para apoiar a implantação do Centro de Cooperação da Cidade CCC - 2 Etapa.



Reunião com o novo Superintendente do DENIT-PB, Arnaldo Monteiro, para tratar da revitalização da barreira da Santa Clara, às margens da BR-230, no bairro Castelo Branco. A obra, que seria executada pelo Programa JP Sustentável no trecho da comunidade, será incorporada pelo DENIT, que fará o trabalho em toda a extensão da barreira.



A UNIÃO

Institucional Arquivo Digital Notícias Edições Recentes - A União Edições recentes - DOE

Notícias Paraíba PMJP vai construir três condomínios populares

PMJP vai construir três condomínios populares

Obra às margens da Avenida Beira Rio está orçada em R\$ 116 mi

publicado 14/04/2023 13h51 Última modificação: 14/04/2023 13h51



112 Daniel Pereira contesta decisão porque sua moradia está distante do rio - Foto: Evandro Pereira

por **Alexsandra Tavares***

O Complexo Beira Rio (CBR), uma das ações previstas no Programa João Pessoa Sustentável, prevê, a partir de maio, o início da construção de três conjuntos habitacionais que irão beneficiar as famílias em situação de risco das comunidades incluídas no projeto. A informação foi confirmada por Caio Mário Silva, coordenador de Desenvolvimento Urbano do Programa JP Sustentável.

Segundo ele, já foi realizado o processo de licitação para a construção dos três empreendimentos que, juntos, têm orçamento previsto de R\$ 116 milhões. “Estamos na fase de assinatura dos contratos de construção dos conjuntos, com previsão de início a partir de maio”, frisou.

Os três conjuntos serão realizados na Avenida Beira Rio. De acordo com Caio Mário, um deles deverá ter cerca de 100 unidades; outro, com aproximadamente, 330 unidades; e o terceiro com mais 300 unidades. “Esses condomínios são para receber moradores das oito comunidades, mas ainda não podemos dizer qual comunidade vai para qual terreno. Os nomes dos conjuntos ainda não foram definidos porque a ideia é montar um processo participativo com os moradores para eles escolherem esses nomes”, contou Caio.

A equipe do CBR já concluiu o cadastramento das famílias e realizou os estudos técnicos para identificar os tipos de riscos que ameaçam os moradores das oito comunidades previstas no projeto: Tambauzinho, Brasília de Palha, Cafofo Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon, São Rafael e Santa Clara.

O Complexo prevê a revitalização do Rio Jaguaribe e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas de risco. Nas oito comunidades, cerca de 764 famílias terão de ser realocadas. Algumas famílias já foram retiradas dessas áreas por questão de segurança e transferidas, temporariamente, para casas mantidas com recursos de aluguel emergencial oferecido pelo poder público. Uma das soluções de moradia para essas pessoas é a compra assistida, ou seja, a equipe da Prefeitura, ou mesmo o morador da comunidade, procura um imóvel em um local adequado, com infraestrutura e saneamento básico, adquire-o para que o imóvel se torne o lar definitivo da família. Segundo Caio, o Complexo prevê investimentos totais de R\$ 250 milhões, considerando as intervenções de construção dos conjuntos, infraestrutura e urbanização nas comunidades, construção de um parque linear, trabalho social, regularização fundiária, entre outras ações até 2026.

Primeira consulta

Ontem, houve a primeira consulta pública da comunidade Santa Clara, no Castelo Branco, para apresentar aos moradores o Plano Executivo de Reassentamento e Regularização (PERR) da comunidade. O objetivo do encontro foi estabelecer o diálogo e a participação popular.

O PERR integra o Plano de Desenvolvimento Comunitário e, segundo a Prefeitura, é necessário para iniciar o processo de realocação dessas famílias. É como um raio-x que detalha o passo a passo das atividades econômicas afetadas pelas intervenções do João Pessoa Sustentável, os critérios de elegibilidade ou pré-requisitos para que as famílias tenham acesso às soluções habitacionais oferecidas pelo programa, e o processo de regularização fundiária.

A Santa Clara foi a primeira comunidade a discutir o PERR porque já houve a conclusão e a revisão dos estudos. Segundo a prefeitura, dos 366 imóveis mapeados no local, 85 estão em áreas de risco por deslizamento, alagamento ou porque foram erguidos sobre adutoras da Cagepa ou galerias pluviais. Há ainda os que estão com a estrutura comprometida e oferecem perigo aos moradores.

Moradores têm resistência ao projeto

O processo de realocação das famílias para outros bairros e os condomínios previstos no Complexo Beira Rio (CBR) têm gerado insatisfação por parte de moradores como os da Comunidade São Rafael. Eles questionam tanto o local da construção dos condomínios, quanto os motivos para retirar alguns moradores do seu local de origem. Há também pessoas que reclamam das estratégias do poder público para resolver o problema de moradia na comunidade.



Eles dizem que as dúvidas da comunidade não são esclarecidas pela prefeitura, por isso pedem uma audiência com o prefeito Cicero Lucena. Caso os questionamentos não sejam esclarecidos, os moradores ameaçam protestar. Um dos moradores que questiona a saída da casa onde mora é Daniel Pereira, coordenador do Projeto Voz Popular, da São Rafael.

Ele diz que a casa dele fica a cerca de 150 metros do Rio Jaguaribe e nunca foi inundada pela água durante o inverno. “A prefeitura alega que fez um estudo de prospecção que mostra que onde eu moro vai chegar água daqui a 100 anos. Ora, se eles têm essa previsão, por que, ao invés de me tirar da casa, não faz um muro de contenção ou outro trabalho, para evitar a aproximação da água do Jaguaribe? Isso foi feito, inclusive, no projeto do Manaira Shopping”, indagou.

Daniel também afirmou que, segundo a prefeitura, no lugar onde as casas vão ser retiradas, vai ser construído um parque “inundável”, que vai se estender por vários quilômetros, começando na Avenida Beira Rio até a alça de acesso ao Altiplano. “Ao invés de fazer um parque desse tamanho, poderia reduzi-lo, deixar as nossas casas e reformar todo esse trecho”. Um dos condomínios que será construído, será no terreno vizinho à unidade de tratamento de esgoto da Cagepa, na Beira Rio, que constantemente emana um mau cheiro terrível. “Essa é uma questão de insalubridade. Como é que vão pegar famílias, com crianças e idosos, e colocar em um local desses?”, indagou Daniel.

Segundo a Prefeitura João Pessoa, 222 famílias da São Rafael estão em área de risco por alagamento ou porque têm as casas construídas sobre tubulações de esgotos ou da Cagepa. Morador há cerca de 40 anos no local, João Francisco da Silva, 69 anos, diz que nunca entrou água em sua casa. “Mesmo assim, disseram que vou ter de sair da minha casa, com minha esposa. Já não dormimos direito desde que essa história começou, e nossa taxa de diabetes e colesterol está subindo. O prefeito tem de conversar com a gente, para rever essa situação”, desabafou. O líder comunitário da São Rafael, Edivaldo da Silva Souza declarou que as pessoas estão temerosas sobre o futuro e, apesar das reuniões com a equipe da Prefeitura, muitas perguntas dos moradores não são respondidas. “Já que nas reuniões não nos esclarecem nossas dúvidas, pedimos mais uma vez uma conversa com o prefeito porque as pessoas não vão aceitar certas decisões”, frisou.

A Prefeitura informou que existe resistência por parte de alguns moradores, o que é natural porque trata-se de um reassentamento involuntário. No entanto, as ações são necessárias por garantir a segurança e proteção à vida de quem está em área de risco. A PMJP disse que o diálogo é permanente com as comunidades e que as pessoas vão receber a titularidade do imóvel para qual forem destinadas.

*Matéria publicada originalmente na edição impressa de 14 de abril de 2023.

Reportagem publicada no jornal A União.

PMJP vai construir três condomínios populares por **Alexsandra Tavares***

O Complexo Beira Rio (CBR), uma das ações previstas no Programa João Pessoa Sustentável, prevê, a partir de maio, o início da construção de três conjuntos habitacionais que irão beneficiar as famílias em situação de risco das comunidades incluídas no projeto. A informação foi confirmada por Caio Mário Silva, coordenador de Desenvolvimento Urbano do Programa JP Sustentável.

Segundo ele, já foi realizado o processo de licitação para a construção dos três empreendimentos que, juntos, têm orçamento previsto de R\$ 116 milhões. “*Estamos na fase de assinatura dos contratos de construção dos conjuntos, com previsão de início a partir de maio*”, frisou.

Os três conjuntos serão realizados na Avenida Beira Rio. De acordo com Caio Mário, um deles deverá ter cerca de 100 unidades; outro, com aproximadamente 330 unidades; e o terceiro com mais 300 unidades. “*Esses condomínios são para receber moradores das oito comunidades, mas ainda não podemos dizer qual comunidade vai para qual terreno. Os nomes dos conjuntos ainda não foram definidos, porque a ideia é montar um processo participativo com os moradores para eles escolherem esses nomes*”, contou Caio.

A equipe do CBR já concluiu o cadastramento das famílias e realizou os estudos técnicos para identificar os tipos de riscos que ameaçam os moradores das oito comunidades previstas no projeto: Tambauzinho, Brasília de Palha, Cafofo Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon, São Rafael e Santa Clara.

O Complexo prevê a revitalização do Rio Jaguaribe e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas de risco. Nas oito comunidades, cerca de 764 famílias terão de ser realocadas. Algumas famílias já foram retiradas dessas áreas por questão de segurança e transferidas, temporariamente, para casas mantidas com recursos de aluguel emergencial oferecido pelo poder público. Uma das soluções de moradia para essas pessoas é a compra assistida, ou seja, a equipe da Prefeitura, ou mesmo o morador da comunidade, procura um imóvel

em um local adequado, com infraestrutura e saneamento básico, adquire-o para que o imóvel se torne o lar definitivo da família. Segundo Caio, o Complexo prevê investimentos totais de R\$ 250 milhões, considerando as intervenções de construção dos conjuntos, infraestrutura e urbanização nas comunidades, construção de um parque linear, trabalho social, regularização fundiária, entre outras ações até 2026.

Primeira consulta

No dia 13 de abril, houve a primeira consulta pública da comunidade Santa Clara, no Castelo Branco, para apresentar aos moradores o Plano Executivo de Reassentamento e Regularização (PERR) da comunidade. O objetivo do encontro foi estabelecer o diálogo e a participação popular.

O PERR integra o Plano de Desenvolvimento Comunitário e, segundo a Prefeitura, é necessário para ini-

ciar o processo de realocação dessas famílias. É como um raio-x que detalha o passo a passo das atividades econômicas afetadas pelas intervenções do João Pessoa Sustentável, os critérios de elegibilidade ou pré-requisitos para que as famílias tenham acesso às soluções habitacionais oferecidas pelo programa, e o processo de regularização fundiária.

A Santa Clara foi a primeira comunidade a discutir o PERR porque já houve a conclusão e a revisão dos estudos. Segundo a prefeitura, dos 366 imóveis mapeados no local, 85 estão em áreas de risco por deslizamento, alagamento ou porque foram erguidos sobre adutoras da Cagepa ou galerias pluviais. Há ainda os que estão com a estrutura comprometida e oferecem perigo aos moradores.

*Matéria publicada originalmente na edição impressa de 14 de abril de 2023.

Acompanhe também nas redes sociais:



Expediente:

Jornalista responsável: Rejane Negreiros

Reportagens: Rejane Negreiros, Shirley Emmanuely (ELO), Ytalo Rodrigues e Emílio Fonseca

Revisão: Comunicólogo Emílio Fonseca e coordenadores da UEP

Revisão geral: Rejane Negreiros

Diagramação e Design: Ramontiher Dutra

www.aquila.com.br